

Apresentação - Dossiê Filosofia da História

O Dossiê *Filosofia da História* publicado pela Revista *Quadranti* contém boa parte das comunicações apresentadas no VII Colóquio Nacional de Filosofia da História, ocorrido na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade de São Paulo, em maio de 2015, tendo como tema “Tempo, história e sociedade”.

Organizado pelo GT Filosofia da História e Modernidade, filiado à ANPOF, esse evento teve como objetivo geral aglutinar especialistas e especialidades vinculadas à Filosofia da História no país, tendo como eixo central uma homenagem à Profa. Maria das Graças de Souza, pioneira nas pesquisas sobre este tema no Brasil. A ela dedicamos esse Colóquio e suscitamos, conseqüentemente, revisitar a sua obra a fim de que ela seja o pano de fundo do debate sobre a temática. Os textos aqui reunidos refletem, assim, o panorama do estágio atual da Filosofia da História no país, sempre com a presença de temas correlatos, que colorem com seus vários tons e perspectivas distintas, no tempo e no espaço, enriquecendo a discussão.

Reunindo parte dos pesquisadores em Aracaju (UFS), parte em São Paulo (USP), esse evento contou com vasta presença de brasileiros e convidados franceses cujos textos finais foram distribuídos em três diferentes veículos como seu resultado material: o primeiro foi a publicação das conferências em forma de livro, intitulado “Tempo, história e sociedade”, organizado por mim, e impresso pela *Editora Humanitas*, da Universidade de São Paulo; a segunda, pelos *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, também dessa mesma Universidade e, finalmente, por esta revista internacional, a *Quadranti*. Em todas essas publicações se encontra a certeza de que o leitor contará com os temas mais cruciais da Filosofia da História, escritos por pesquisadores com larga experiência.

Esse *Dossiê* começa com o texto de Maria das Graças de Souza que, como quem dá as boas-vindas, generosamente agradece aos participantes do VII Colóquio de Filosofia da História por ter sido escolhida e homenageada como tema do evento. Mas

não só: ela agradeceu também à Universidade Federal de Sergipe por tê-la concedido o título de Professora *Honoris Causa*, título esse recebido durante o evento. Esse texto, portanto, tem o tom de agradecimento e do reconhecimento. Recorrendo a Sêneca, Maria das Graças aceita a homenagem a ela dirigida, mas também presta homenagem a quem lhe agradeceu. Assim, afirma ela, referindo-se à interpretação de Sêneca sobre as Três Graças: “Trata-se de uma fábula entremeada de lições; ensina aos homens a oferecer, a receber e a retribuir de bom grado, de coração (DB. I, III, 3). Oferecer uma honraria é um ato que proporciona alegria; o mais importante não é a coisa oferecida, mas a intenção da oferta; o dom não consiste no que é dado, mas está nos sentimentos, sem mais, daquele que dá (DB, I, VI, 1). Da parte daquele que recebe, diz Sêneca, é preciso aceitar o presente com alegria, manifestando nossa satisfação, para que o autor do presente possa bem constatar-la, pois é motivo de alegria ver o contentamento de um amigo e motivo ainda maior por saber que se é a causa dessa satisfação”. Esse texto inaugural, portanto, remete o leitor à cerimônia pública na qual ela recebeu a honraria, mas também pode sinalizar a gratidão da pesquisadora para com o leitor. Caberá a este decidir por onde se locomover nesse espaço tão graciosamente dedicado às Três Graças nas pegadas de Sêneca.

O terceiro texto apresenta um tema dos mais ricos no pensamento de Voltaire, que já foi objeto de pesquisas da Profa. Maria das Graças de Souza: a relação antípoda entre liberdade e Providência divina em Voltaire. Vladimir da Mota Oliva se propõe a analisar este aspecto, tendo a homenageada como sua intérprete maior. Ou seja, o objetivo deste artigo é analisar em que medida o homem ainda tem liberdade, embora bastante reduzida.

O quarto, quinto e sexto texto, originalmente, foi uma mesa temática sobre “Maria e as mulheres”. Os textos apresentados formam uma espécie de tríade, como “as Graças”, que se articulam em função de Maria sempre ter tido certa preocupação para com as mulheres, seja enquanto objeto de pesquisa, seja enquanto mulher, num ambiente acadêmico majoritariamente masculino. Em função disso, Silvana Nascimento, sua filha, começa o debate com “reflexões parciais e inacabadas sobre o percurso pessoal e político de Maria das Graças de Souza na Universidade de São Paulo a partir do olhar enviesado, de uma antropóloga e filha, que se deixa afetar pelas suas referências afetivas, feministas e acadêmicas”. Em seguida, Tessa Lacerda continua o debate relacionando possíveis problemas entre a filosofia e as mulheres e as razões pelas quais Maria teria escolhido a filosofia francesa, especialmente o século XVIII como objeto de análise. Na sequência,

Marcos Balieiro finaliza a discussão da mesa com um texto bastante polêmico: “As mulheres, a educação e a república: Mary Wollstonecraft leitora de Rousseau”. O leitor vai ser guiado, portanto, pelo tema da mulher na filosofia, na literatura, na educação e, porque não dizer, na atualidade. No fundo, o que a mesa põe em discussão é: cabe também à filosofia puxar o debate sobre a condição feminina.

No sétimo texto, o leitor encontrará o artigo de Catherine Larrère (Paris I-Sorbonne), que é antiga colaboradora dos pesquisadores brasileiros que trabalham com o Século das Luzes. Com o título “Mudar os homens ou as leis? As duas vias da utopia na época das Luzes”, a autora demonstra, à luz do pensamento de Montesquieu e Rousseau, as utopias dos bens comunitários; a partir de Harrington, a ideia de república, e, finalmente, tomando o Abade de Saint-Pierre, as reformas projetadas.

No oitavo artigo, “Maio de 68: a leitura de Claude Lefort”, Silvana Ramos analisa a leitura do acontecimento de Maio de 68 feita por Claude Lefort. A autora enfatiza ainda o caráter excepcional desse acontecimento e a nova articulação entre teoria e prática promovida pela ação dos estudantes durante aquele movimento.

No nono texto, intitulado “Da tolerância ao reconhecimento: acerca da proteção aos direitos humanos”, continua a problemática atual dos direitos. A sua autora, Helena Esser, toma como referência o pensamento de Locke, Rousseau e Voltaire, no que se refere à tolerância religiosa, enunciada no calor das lutas de religião, buscando compreender como a consolidação da tolerância religiosa contribuiu para a fundamentação de princípios universais de igualdade e de liberdade entre os homens. Em que pese a importância de tais princípios, analisa a autora seus limites quando se trata de respeitar a singularidade de cada ser humano. Enfim, o propósito da autora é, por meio da discussão dos fundamentos e possibilidades da tolerância nos dias de hoje, homenagear a professora Maria das Graças Sousa, que considera um exemplo de profundo respeito à pessoa do outro.

No décimo artigo, “História e política no *Discurso sobre a origem da desigualdade* de Rousseau”, Thomaz Kawauche demonstra que a relação entre história e política no *Discurso sobre a origem da desigualdade* pode ser compreendida com base no diálogo crítico que Rousseau trava com a doutrina materialista de autores como, por exemplo, Helvétius e o Barão d’Holbach. Além disso, tomando como referência um texto de Maria das Graças de Souza, “Ocasão propícia, ocasião nefasta: tempo, história e ação política em

Rousseau” o autor interpreta o referido diálogo entre Rousseau e os materialistas no que concerne à relação entre história e política.

No décimo primeiro texto, “Emulação e Progresso”, Patrícia Aranovich parte da leitura de *Ilustração e História, o pensamento sobre a história no iluminismo francês*, de Maria das Graças de Souza, e busca construir um diálogo entre os tempos ao refletir sobre possíveis pontos de aproximação entre a ideia de progresso, que marca as Luzes, e as de imitação e emulação, envoltas em uma relação tensa no Renascimento. Registra ainda a autora, que apesar das evidentes distâncias entre seus contextos e sentidos (im)precisos, as perspectivas de avanço e superação nelas contidas suscita o interesse dessa investigação. É então proposto um retorno a um tempo em que não existe a ideia de progresso, mas nem por isso é estranho aos mesmos debates e questionamentos relativos a ele. Trata-se, pois, de refletir sobre como, no Renascimento, se pode pensar a tradição e qual seu lugar na construção do mundo e dos saberes.

No décimo segundo artigo, “*Natureza e Ilustração: Materialismo e Educação em Diderot*”, Christine de Santana faz uma relação entre o materialismo de Diderot e as suas reflexões sobre a educação a partir da interpretação de Maria das Graças de Souza, especialmente no livro “*Natureza e Ilustração*”.

No décimo terceiro texto, “O ateísmo na *Histoire de Jenni* de Voltaire”, Marcelo Primo analisa os escritos mais contundentes de Voltaire contra o ateísmo, na sua *Histoire de Jenni ou l’athée et le sage*. Deixando de lado a sua ironia mordaz tão característica em suas obras anteriores, Voltaire na *Histoire* opera em duas frentes: por um lado, fulmina a superstição, fenômeno típico dentre contextos religiosos que têm como pilares a credulidade e a idolatria; por outro, não concebe de forma alguma o ateísmo, visto que, segundo o próprio autor, caso não houvesse uma divindade como um suposto freio às más ações dos homens, seria necessário inventar uma. É este o debate em torno do qual o autor vai desenvolver seu argumento.

No décimo quarto texto, “As luzes e a sabedoria dos antigos: a mitologia segundo Voltaire, Bacon e Vico”, Antonio Pereira Filho visa a pensar as relações entre mito e filosofia tendo como foco as diferentes perspectivas do tema na obra de três grandes pensadores modernos: Bacon, Voltaire e Vico. De modo geral, é comum encontrar nos manuais de história da filosofia um contraste radical entre as fabulações da mitologia e o estatuto do discurso filosófico. Frente a essa posição, o propósito do autor é mostrar as

aproximações e diferenças entre estes filósofos, indicando com isso que a velha fratura entre mito e razão é mais complexa do que pode parecer à primeira vista.

No décimo quinto artigo, “Bacon e Condorcet: o conhecimento à serviço do bem comum”, Evaldo Becker busca examinar nas filosofias de Bacon e Condorcet, o papel atribuído pelos autores ao conhecimento humano e às transformações que estes devem desencadear em nossa vida em sociedade.

No décimo sexto texto, “Soberania e o tempo de paz: Bodin, Hobbes e a resposta às revoluções”, Douglas Barros visa a mostrar que a instituição da soberania, tanto no texto de Bodin quanto no de Hobbes, traz implícita uma nova compreensão sobre a paz, assim como da inserção do poder no tempo e na história. Uma vez que a soberania pretende interromper a situação de dissolução e as transformações, a guerra e a destruição, o poder supremo se apresenta como a garantia de inauguração de um novo tempo, ao qual Hobbes chama de “o tempo de paz”. O autor visa entender essa transição do tempo das transformações e da guerra para o tempo da segurança e da paz.

No décimo sétimo artigo, “História sagrada e absolutismo monárquico em Filmer e Bossuet”, Saulo Silva pretende estabelecer um confronto entre o teórico patriarcalista inglês Robert Filmer (1588-1653) e o pensador francês Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704). Ambos os autores seiscentistas estruturam sua concepção de história e de autoridade política partindo dos livros do Antigo Testamento e derivam dessa origem sagrada da humanidade os atributos do poder. Em consequência, a trajetória do homem na terra é fruto da criação divina a qual também define que os governos estabelecidos sobre os homens seguirão o modelo dos primeiros patriarcas, a saber, uma monarquia absoluta e hereditária.

No décimo oitavo artigo, “Agostinho e a representação da história no século XVII: notas acerca do pensamento de Bérulle e Bossuet”, Edmilson Menezes pretende analisar a influência da concepção agostiniana da história no pensamento do século XVII. Para tanto, a sua investigação dirige-se às obras de Bérulle e Bossuet. Nelas serão estudadas as noções de morte, humanidade e teologia da história.

No décimo nono artigo, “História e ecologia: a memória dos meios”, Raphaël Larrère apresenta um texto bastante instigante sobre a relação entre ecologia clássica, focada nos equilíbrios naturais sem laços com sua história, e a nova ecologia, que trabalha com concepção dinâmica de sistemas em equilíbrio provisório. Esta nova ecologia vai

exigir pesquisas mais interdisciplinares, envolvendo historiadores e arqueólogos, por exemplo.

Portanto, vê-se que a extrema maioria dos textos aqui apresentados tem vinculação direta com a temática desse Dossiê e, de modo particular, com a obra de Maria das Graças de Souza. Entre um texto e outro, vê-se a riqueza e ao mesmo tempo a dificuldade em pontuar a relação exata entre a Filosofia da História e os temas que a ela se vinculam. Espera-se que este número possa contribuir com a discussão e que a partir dele, novas pesquisas possam surgir, adensando ainda mais a produção bibliográfica sobre este tema no Brasil.

Antônio Carlos dos Santos
(Organizador do Dossiê)